

## Construindo Pontes Educacionais: O Papel do Setor Educativo do MERCOSUL na Integração Regional na América Latina

*Building Educational Bridges: The Role of the MERCOSUR Education Sector in Regional Integration in Latin America*

Igor A. F. de Araújo<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este estudo investiga o papel do Setor Educativo do MERCOSUL na integração regional entre os países membros, explorando como a educação contribui para a coesão e colaboração regional. Utilizando uma metodologia exploratória e descritiva, este artigo analisa o impacto da cooperação educacional no fortalecimento dos laços econômicos, políticos e sociais entre as nações do bloco. O estudo revela que o investimento na educação tem desempenhado um papel de suma importância na construção de uma identidade regional comum e na formação de capital humano, fundamental para o desenvolvimento regional. As contribuições deste estudo destacam-se pela análise dos mecanismos educacionais implementados no MERCOSUL e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico dos países membros.

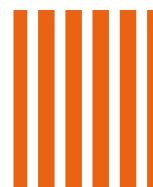
**PALAVRAS-CHAVE:** SEM; Educação Superior; Cooperação.

**ABSTRACT:** This study investigates the role of the MERCOSUR Educational Sector in regional integration among member countries, exploring how education contributes to regional cohesion and collaboration. Using an exploratory and descriptive methodology, this article analyzes the impact of educational cooperation in strengthening economic, political, and social ties among the nations within the bloc. The study reveals that investment in education has played a crucial role in building a common regional identity and developing human capital, essential for regional development. The contributions of this study stand out for the analysis of the educational mechanisms implemented in MERCOSUR and their impact on the socioeconomic development of member countries.

**KEYWORDS:** MES; Higher Education; Cooperation.

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: [igorfaulstich@gmail.com](mailto:igorfaulstich@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como propósito investigar a hipótese de que o Setor Educativo do MERCOSUL desempenhou e continua a desempenhar um papel significativo na integração regional entre os países membros. A abordagem do artigo é estruturada em três partes distintas. Na primeira seção, são abordadas questões teóricas relacionadas às Organizações Internacionais (OIs) e sua relevância no processo de integração entre nações. Partindo da premissa de que as OIs desempenham uma função importante no cenário da integração regional, onde está se refere à colaboração entre países em uma região geográfica específica com o intuito de alcançar objetivos compartilhados, como desenvolvimento econômico, estabilidade política e segurança, argumenta-se que as OIs têm a capacidade de facilitar e apoiar esse processo por meio de diversas abordagens.

No segundo tópico, explora-se a origem do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), detalhando o processo de sua criação, seus objetivos e os contextos históricos que envolviam a região. Além disso, examina-se a natureza dos blocos regionais e os motivos que levaram à criação do Setor Educativo, destacando que desde a fundação do MERCOSUL, a educação já era considerada uma temática de suma importância para o grupo.

Enquanto isso, na terceira seção, abordam-se diversos aspectos que impulsionaram o desenvolvimento educacional no âmbito do MERCOSUL, explorando como esses fatores impactaram a região e contribuíram para o processo de integração. O objetivo deste tópico é situar a relevância dessas iniciativas no cenário da integração regional, buscando aprofundar a compreensão sobre o impacto duradouro do MERCOSUL no campo educacional e seus reflexos na coesão e colaboração entre os países membros.

No que diz respeito à metodologia utilizada nessa pesquisa, observa-se que “quanto ao método, deve-se ter atenção para que as fontes para as respostas de cada uma dessas perguntas estejam disponíveis, para então definir as ferramentas e técnicas para cada uma delas” (Lisboa, 2019, p. 12). Dito isso, este trabalho possui uma natureza qualitativa, adotando uma abordagem exploratória e descritiva. Salienta-se que pesquisas qualitativas se inserem em um contexto onde cabe ao pesquisador interpretar e compreender fenômenos por meio de técnicas específicas (González, 2020). Essas técnicas incluem a abordagem exploratória, que busca investigar questões pouco estudadas ou não abordadas sob essa perspectiva de análise, enquanto a abordagem

descritiva tem como objetivo detalhar as propriedades e características de conceitos e fenômenos (Hernández-Sampieri; Mendoza, 2020). Essa abordagem foi escolhida tendo em vista que foi verificada uma baixa quantidade de estudos sobre o papel do Setor Educativo do MERCOSUL na integração socioeconômica, o que exigiu uma investigação mais detalhada dos mecanismos educacionais e suas implicações para o desenvolvimento regional. As fontes utilizadas incluíram documentos oficiais do MERCOSUL, relatórios de conferências regionais e publicações acadêmicas, selecionadas com base em sua relevância para esse trabalho.

## 1. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA REVISÃO TEÓRICA

Partindo do princípio da ausência de um órgão capaz de definir a ordem no Sistema Internacional (S.I), os Estados encontram-se então em um sistema anárquico, onde rege o princípio da autoajuda e pela balança de poder, conforme apontado por Waltz,

As questões estruturais referem-se às questões sobre a organização das partes de um sistema [...]. As partes dos sistemas políticos internacionais se encontram em relações de coordenação. Formalmente, cada um é igual aos outros. Ninguém tem o direito de comandar; ninguém precisa obedecer. Sistemas internacionais são descentralizados e anárquicos (1986, p.82 – livre tradução).

Seguindo essa linha de pensamento, a principal preocupação dos Estados seria assegurar sua sobrevivência em um sistema onde predominariam a racionalidade, a autoajuda e a constante desconfiança em relação às reais intenções do outro (Waltz, 1986). No entanto, mesmo diante da ausência de um órgão regulador no Sistema Internacional, não se pode afirmar que ele seria caótico. Isso se deve ao reconhecimento unânime de certos princípios, como a soberania, por todos os Estados. Ademais, a presença de regimes que orientam e regulam as relações entre esses Estados contribui para a manutenção da ordem (Fulquet, 2006). Entende-se regimes como “um conjunto de princípios, normas, regras e procedimentos decisórios em torno dos quais as expectativas dos atores convergem em uma área temática” (Krasner, 1983, p.1).

Desses regimes, podem surgir Organizações Internacionais (OIs) ou Organizações Não Governamentais (ONG's), ambas configurando arranjos de cooperação direcionados para um ou mais problemas específicos. Elas são estruturadas com um aparato burocrático sólido e estável, por meio do qual suas decisões são tomadas. Essas organizações contam com sedes físicas permanentes e envolvem a participação de diversos atores na consecução de seus objetivos. Através desse

aparato burocrático, torna-se possível resolver diversas disputas e fornecer assistência técnica ou financeira aos países membros dessas OIs. Conforme destacam Herz e Hoffmann (2004), “a rede de organizações internacionais faz parte de um conjunto maior de instituições que garantem uma certa medida de governança global” (Herz; Hoffmann, 2004, p. 18). A governança pode ser compreendida como um conjunto diversificado de atividades, regras e mecanismos, tanto formais quanto informais, que permeiam vários níveis na sociedade contemporânea.

É necessário um adendo para esclarecer o termo governança. Este se refere a um processo de autoridade exercido por atores que não são necessariamente estados. Sua concretização ocorre quando a maioria dos atores, ou os mais poderosos, aceitam e legitimam esse processo. Nesse contexto, atores não estatais assumem papéis de liderança na implementação de políticas que ultrapassam fronteiras nacionais, influenciando diretamente a governança global (Rosenau; Czempiel, 2000).

Dando continuidade, essas organizações, à medida que atuam e conquistam o reconhecimento como atores legítimos por três ou mais Estados, uma vez que partem do princípio de multilateralismo, encontram na obtenção desse reconhecimento uma condição essencial para sua legitimidade. Ao alcançar esse status, passam a exercer, de certa forma, autoridade no S.I por meio da imposição de decisões tomadas pelos países membros, como evidenciado no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Pode-se argumentar que a legitimidade, fundamentada nas leis que regem essas organizações e seu controle sobre o conhecimento, constitui a base de poder que as capacita a agir dessa maneira (Herz; Hoffmann, 2004).

Todavia se sobressai o fato de que a legitimidade enfrenta desafios em certos casos, devido a questão de as OIs não serem Estados soberanos e dependerem do reconhecimento dessa legitimidade para atuar no Sistema Internacional. Além disso, ao contrário dos Estados, as OIs, conforme mencionado anteriormente, possuem uma autoridade descentralizada, ou seja, o reconhecimento dessa autoridade não é obrigatório por parte de outros atores. É importante destacar ainda que muitas organizações são consideradas representantes dos valores ocidentais e neoliberais, o que, conseqüentemente, gera certo desentendimento e receio por parte de países do Oeste Global, fazendo então com que está perca poder de atuação em certos pontos (Herz; Hoffmann, 2004).

A importância das OIs, segundo os neoliberais, reside em seu papel como órgãos fiscalizadores e reguladores. Isso possibilitaria garantir uma maior transparência nas reais intenções

de cada país, por meio de uma troca mais ampla de informações. Esse processo contribuiria para desconstruir a ideia de insegurança e facilitar a cooperação entre os países membros. Através de seu sólido aparato burocrático, torna-se viável a resolução de conflitos de maneira justa e igualitária. Isso assegura que os acordos estabelecidos por meio dessas OIs sejam cumpridos e respeitados pelos países signatários, inclusive mediante punições quando necessário, uma vez que essas sanções já estariam previstas na estrutura normativa dessas organizações (Herz; Hoffmann, 2004).

Observa-se ainda que as OIs podem ser formadas com base em critérios geográficos, como a proximidade – a exemplo do MERCOSUL –, ou por interesses que não dependem da localização geográfica, alcançando uma dimensão universal sem restrições territoriais e desempenhando múltiplas funções, como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU), que abrange uma ampla gama de atribuições (Seitenfus, 2022).

Explorando essa questão, outra organização que compartilha estas características é a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual – em teoria – promove políticas voltadas para o bem-estar econômico e social. Embora originalmente fundada com fins econômicos, a OCDE ampliou ao longo dos anos seu escopo de atuação, incorporando áreas como a educação como um de seus pilares (Da Silva; Fernandes, 2019).

Nesse contexto, a OCDE passou a exercer um papel de governança global no campo da educação, delegando políticas educacionais inicialmente aos países membros e, posteriormente, aos países do Sul Global. O objetivo é a criação de um currículo internacional, avaliado por meio de critérios previamente estabelecidos, que ajudam a identificar áreas de melhoria na educação desses países. Um exemplo claro dessa atuação é o *Programme for International Student Assessment* (PISA), um estudo comparativo realizado pela organização para avaliar a qualidade da educação em diferentes países (Araújo; Rosa, 2022).

Entretanto, as repercussões desse processo avaliativo acabam por negligenciar questões qualitativas, como os aspectos sociais e o desenvolvimento do cidadão. Isso ocorre porque esses elementos tendem a privilegiar a eficiência em detrimento da qualidade, com o sucesso sendo avaliado principalmente por meio de indicadores de desempenho e resultados mensuráveis. Embora este trabalho não se aprofunde nessa questão, é importante refletir sobre os diversos mecanismos de avaliação quantitativa que ignoram fatores essenciais que deveriam receber maior atenção no contexto educacional.

## 2. MERCOSUL E O SETOR EDUCACIONAL: FORTALECENDO A INTEGRAÇÃO REGIONAL

A partir da segunda metade do século XX, houve uma proliferação de organizações intergovernamentais regionais que buscavam promover a cooperação entre países em várias áreas, especialmente econômica e política. Essa dinâmica resultou, em parte, da percepção de que a interdependência regional poderia fortalecer o desenvolvimento e a competitividade internacional.

Nesse contexto, Herz e Hoffmann (2004) destacam que:

*As organizações intergovernamentais regionais proliferaram no cenário internacional a partir de meados do século passado. A identidade regional, a percepção de que a interdependência econômica em nível regional pode favorecer o desenvolvimento e melhorar as condições de competição internacional e as considerações geoestratégicas são fatores que favoreceram esse processo (Herz; Hoffmann, 2004, p. 37)*

O Mercosul (Mercado Comum do Sul) é uma organização internacional e, mais especificamente, resultado de um processo de integração regional ocorrido no Cone Sul. Por integração regional entende-se como um processo pelo qual países geograficamente próximos decidem cooperar e coordenar suas políticas em várias áreas para promover o desenvolvimento conjunto, fortalecer os laços econômicos, políticos e sociais, e enfrentar desafios comuns. Esse tipo de integração visa a criação de uma entidade regional mais coesa e interdependente (Herz; Hoffmann, 2004).

Os blocos ou organizações de integração regional geralmente buscam a eliminação de barreiras comerciais entre os membros, como tarifas e quotas, e promovem a livre circulação de bens, serviços e, em alguns casos, pessoas. Além do aspecto econômico, a integração regional muitas vezes abrange áreas como cooperação política, segurança e educação.

O Mercosul teve como base de sua origem a assinatura do Acordo de Buenos Aires na década de 1990, inicialmente como um projeto de integração econômica entre o Brasil e a Argentina. Mesmo sendo um acordo bilateral, posteriormente, Uruguai e Paraguai aderiram a esse programa de integração regional no ano seguinte a partir da assinatura do Tratado de Asunción, criando-se então, formalmente, o MERCOSUL (Chudnovsky, 1993).

Destaca-se que “a preferência inicial por parte da Argentina e do Brasil pela manutenção do projeto no âmbito bilateral foi definitivamente revertida após a declaração da Iniciativa para as Américas do governo norte-americano” (Herz; Hoffmann, 2004, p. 201).

A iniciativa em questão foi lançada pelo então presidente George Herbert Walker Bush e tinha como objetivo a criação de uma Área de Livre Comércio no Continente Americano (ALC). No entanto, esse projeto enfrentou grande resistência devido a fatores como a desigualdade econômica entre os países participantes, o tamanho desigual dos mercados em questão, entre outros fatores. Isso resultou em uma maior integração nos países do Cone Sul, com o objetivo de defender e preservar seus mercados, uma vez que a partir da criação desse bloco econômico idealizou-se a estratégia de redução da influência norte americana na região (Chudnovsky, 1993).

A formação do MERCOSUL teve impactos significativos na região, sobretudo no aspecto da interdependência. Agora, os países membros estavam interligados não apenas por questões culturais e geográficas, como antes, mas também por meio de fatores como o intercâmbio comercial e a busca por maior desenvolvimento em áreas que apresentavam fragilidades na região. Nesse contexto, conforme evidenciado a seguir, a educação emergiu como um tema de interesse desde o início da organização para os países envolvidos. Isso diferencia o MERCOSUL de outros projetos de integração regional, destacando-se pelo reconhecimento da necessidade de aprimorar os padrões educacionais para favorecer a integração (Fulquet, 2006).

Desde a constituição do MERCOSUL em 1991, os governos que integraram o pacto regional concordaram em tratar uma série de temas colaterais ao intercâmbio comercial, em particular os relativos à área de trabalho, justiça e educação. Na verdade, o tema educativo foi considerado um aspecto de importância para os países membros para levar adiante o processo de constituição comunitária. Nas reuniões anteriores ao Tratado de Assunção e na própria reunião fundamental, foi definida uma agenda de problemas e objetivos comuns que deveriam ser atendidos por meio da constituição de um projeto específico para tal função: O Setor Educativo do MERCOSUL [...] Ao mesmo tempo em que o SEM tenta se tornar um instrumento para a construção de novos espaços para o desenvolvimento econômico, político e cultural fortalecedor da identidade regional em um mundo globalizado, um importante debate em torno da internacionalização da educação superior está crescendo um cabo desde a década de 90 no seno de organismos internacionais - UNESCO/OMC (Fulquet, 2006, p. 5 – livre tradução).

Investimentos na educação resultam em uma maior integração cultural, que, por sua vez, tem como consequência direta a formação de um grupo coeso, mesmo não sendo homogêneo. Isso ocorre porque, como destaca Recondo (1995, p. 37 – livre tradução), “é através da cultura que os homens adquirem o significado de identidade e pertencimento, bem como o significado da vida



social. A cultura também fornece consenso sobre valores comuns que caracterizam grupos, comunidades e sociedades global.”

A integração, baseada no sentimento de pertencimento de um grupo a uma região, conforme proposto anteriormente, contribuiu para superar certos impasses destacados pelo debate neoliberal. Isso inclui, por exemplo, “o medo da Argentina de que ganhos desproporcionais do Brasil no comércio bilateral a tornarão demasiado dependente da economia vizinha” (Messari; Nogueira, 2021, p. 96). Conforme previamente mencionado, a formação desse grupo, fundamentado na defesa dos mercados regionais, resultou em benefícios evidentes para todos os membros participantes, refletidos na intensificação do comércio entre os integrantes da organização.

### **3. A INTEGRAÇÃO REGIONAL A PARTIR DAS UNIVERSIDADES: O FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO.**

De acordo com Estenssoro e Lorenzo (2022), a América Latina enfrenta desafios no que se refere à visibilidade e circulação do conhecimento no sistema global, devido ao controle hegemônico do Norte Global sobre rankings e índices de cientificidade. Apesar disso, a região tem uma rica tradição de produção de conhecimento próprio, que busca descolonizar essa relação de poder. Essa perspectiva crítica, denominada geopolítica do conhecimento, visa desconstruir o controle eurocêntrico sobre a produção acadêmica e valorizar o conhecimento situado da América Latina. No contexto do MERCOSUL, as universidades têm um papel fundamental não apenas na produção, mas também na circulação de um saber que desafia essa hegemonia, fortalecendo, assim, a autonomia regional e a integração educacional.

Por isso, é preciso reforçar o papel que o ensino superior (ES) desempenha na ruptura com as matrizes coloniais e dependentes de pensamento. As Instituições de Ensino Superior têm a capacidade de promover a criação de conhecimentos voltados para a justiça social e emancipação, sendo vistas como agentes estratégicos na transformação social. Essas instituições são fundamentais para desafiar as matrizes de pensamento que ainda prevalecem nas sociedades da América Latina e Caribe. Essa preocupação, em especial, já vinha sendo discutida a nível regional desde a Conferência Regional de Ensino Superior (CRES) de 2008, que destacou a importância do



ES na promoção de justiça cognitiva e social, e no enfrentamento das heranças coloniais ainda presentes nas estruturas educacionais da região (UNESCO – IESALC, 2008).

Nesse contexto, “as universidades, como espaços naturais de produção e reprodução do conhecimento, adquirem hoje um papel fundamental numa sociedade que transformou o conhecimento numa força produtiva” (Krotsch, 1997, p. 3-4 – livre tradução). A educação, com sua capacidade de integrar socialmente, tem sido uma ferramenta poderosa para essa transformação. O Mercosul, influenciado pelo cenário internacional da época, criou em 1991 a Reunião de Ministros de Educação do Mercosul (RME), por meio da qual o Setor Educacional do Mercosul busca promover a integração e o desenvolvimento da educação em toda a região e entre países associados. Como se observa, “através da negociação de políticas públicas e a elaboração e execução de programas e projetos conjuntos, o Sector Educacional do MERCOSUL busca a integração e o desenvolvimento da educação em toda a região do MERCOSUL e países associados” (MERCOSUL, 2015, p. 27).

Destaca-se também a ata da reunião realizada em Buenos Aires no ano seguinte, na qual foi feita a seguinte afirmação: “que a educação deve acompanhar os processos de integração regional para enfrentar, como bloco geocultural, os desafios colocados pela transformação educacional, pelos avanços científico-tecnológicos e pela consolidação da democracia” (Recondo, 1995, p. 37 – livre tradução).

Destas reuniões surgiram diversos pontos que favoreceram a educação no âmbito do MERCOSUL, dentre eles destacam-se o Plano Trienal assinado em dezembro de 1994, com validade até 31 de dezembro de 1997, onde neste foram delineadas estratégias para a integração educacional no âmbito do Mercosul (Krotsch, 1997). Os objetivos em questão seriam: “1) a formação de uma consciência social favorável ao processo de integração; 2) a capacitação de recursos humanos para contribuir com o desenvolvimento econômico; 3) a compatibilização e a harmonização dos sistemas educativos” (Rosevics, 2015, p.119).

A partir desses objetivos, no mesmo ano, os ministros da educação dos países integrantes assinaram o Protocolo para a Integração Educacional e Reconhecimento de certificados, títulos e estudos dos níveis Primário e Secundário Não Técnico, marcando um avanço significativo para a integração educacional. Concomitantemente, a Argentina reconheceu os diplomas de bacharel dos quatro países membros, promovendo a equiparação de certificados (Krotsch, 1997).

Para o nível técnico intermédio, foram lançadas as bases de um sistema de integração e revalidação de títulos. No âmbito do ensino superior, as ações prévias facilitaram as iniciativas universitárias, concentrando esforços no desenvolvimento de um sistema de informação para a pós-graduação e no reconhecimento de qualificações nesse patamar (Krotsch, 1997).

Ademais, foi estabelecido um sistema de informação educacional, conectando os sistemas dos quatro países, permitindo progressos no ensino das línguas comuns e desenvolvimento de conteúdos compartilhados em disciplinas do ensino básico e médio. Em paralelo, iniciou-se a implementação de mecanismos de cooperação além das fronteiras da zona Mercosul (Krotsch, 1997).

Neste sentido, a missão do SEM é formar um espaço educativo comum, através da organização de políticas que articulem a educação com o processo de integração do MERCOSUL, estimulando a mobilidade, o intercâmbio e a **formação de uma identidade e cidadania regional**, com o objetivo de lograr uma educação de qualidade para todos, com atenção especial aos setores mais vulneráveis no processo de desenvolvimento com justiça social e respeito a diversidade cultural dos povos da região (MERCOSUL, 2006, p.22 *apud* Rosevics, 2015, p. 123 – grifos meus).

Esses passos desempenharam um papel de suma importância na promoção da integração regional, uma vez que a educação é um instrumento poderoso para o desenvolvimento de mão de obra especializada. Essa especialização, por sua vez, contribui para o aumento de capital humano e aprimoramento das condições sociais, exercendo impactos significativos na redução das desigualdades e até mesmo em aspectos como a taxa de natalidade (Santos; Diniz júnior, 2017). Além disso, ao investir na formação de recursos humanos capacitados, abre-se espaço para avanços econômicos e sociais sustentáveis, fortalecendo os alicerces de uma integração regional duradoura.

Sendo assim, a educação é considerada um fator necessário no desenvolvimento dos países membros do MERCOSUL, pois através dela é viável obter uma mão de obra mais competitiva e qualificada, apta a enfrentar os desafios impostos pelos processos de globalização e regionalização (Santos; Diniz júnior, 2017).

Contudo, assim como mencionado anteriormente, ao mesmo tempo, a produção acadêmica e intelectual da América Latina enfrenta uma constante invisibilidade no cenário global devido à hegemonia do Norte Global. Segundo Estenssoro e Lorenzo (2022), a produção científica dos países da periferia, é frequentemente marginalizada por rankings e índices de cientificidade que refletem os interesses do Norte.

Por isso, há essa necessidade de reforço e incentivo da produção de conhecimento próprio, a ser enraizada nas realidades locais, constituindo assim, uma forma de resistência contra hegemônica, buscando descolonizar a produção acadêmica e valorizar as contribuições latino-americanas (Estenssoro; Lorenzo, 2022). No contexto do MERCOSUL, promover essa autonomia intelectual é um passo essencial para fortalecer a educação e a integração regional, rompendo com a dependência do conhecimento produzido nos centros de poder global.

Essa dependência, como mencionado anteriormente, tem sido discutida desde a década de 1990 nas Conferências Regionais de Ensino Superior (CRES). A CRES de 2008, em particular, reforçou o papel central da educação na melhoria das condições socioeconômicas da região e na superação da dicotomia entre as realidades dos países do Norte e do Sul Global.

É necessário contextualizar as expressões Norte Global e Sul Global, as quais surgiram como uma tentativa de afastar os estigmas e conotações pejorativas associadas a termos como Terceiro Mundo ou subdesenvolvidos. No entanto, essa nova terminologia ainda carrega uma divisão hierárquica implícita, onde os países do Norte Global são vistos como modelos de modernidade a serem seguidos pelos países do Sul Global. Isso perpetua a ideia de que o desenvolvimento do Sul deve, necessariamente, espelhar os padrões e valores do Norte, sem questionar a validade ou a adequação desses parâmetros às realidades locais (Ballestrin, 2020).

Por fim, segundo a perspectiva de Vitarelli Batista (2019), os processos de integração regional do ES surgiram como tentativas de enfrentar a globalização e, conforme já apontado, como uma busca por contrapeso à hegemonia do conhecimento imposta pelos países do Norte Global. Por meio do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), busca-se “qualificar a força de trabalho regional para melhorar a competitividade internacional do bloco” (Vitarelli Batista, 2019, p. 11 – livre tradução).

A autora aponta que a agenda do ES tem ganhado destaque no contexto do regionalismo sul-americano. No caso do MERCOSUL, observa-se um desenvolvimento significativo nas dimensões funcional, organizacional e política, principalmente, na questão da criação de novas instituições de ensino superior com uma abordagem regionalista, as quais tem se tornado uma tendência nos últimos anos, fortalecendo ainda mais o processo de integração educacional na região (Vitarelli Batista, 2019).

## CONCLUSÃO

Tendo em vista as limitações deste tipo de trabalho acadêmico e não pretendendo ser conclusivas as questões aqui formuladas, dado o caráter complexo e intrincado do tema, este artigo teve como objetivo explorar o papel fundamental que o Setor Educativo do MERCOSUL (SEM) desempenha na integração regional entre os países membros.

Como discutido ao longo do texto, as OIs atuam como facilitadoras de diálogos entre os países que buscam solucionar problemas comuns. No caso deste artigo, o foco foi o MERCOSUL, uma organização que surgiu na década de 1990 a partir de um acordo bilateral e que, posteriormente, expandiu-se para incluir diversos países do Cone Sul.

Partindo do pressuposto de que a educação serve como um mecanismo tanto de integração cultural quanto social, este estudo buscou demonstrar que, ao investir na educação, vários objetivos são atingidos. Entre eles, destacam-se a criação de uma identidade comum, o desenvolvimento da sociedade e a redução das desigualdades, uma vez que o investimento na educação garante o retorno de capital humano especializado. Além disso, o fortalecimento da coesão entre os países membros torna mais visíveis os benefícios do processo integrador, facilitando a busca por soluções e melhorias que sejam vantajosas para todos.

Com isso, fica claro que a expressão integração econômica e política é central no contexto do MERCOSUL, pois representa os processos que promovem a cooperação entre os países membros, essenciais tanto para o fortalecimento das economias nacionais, quanto para a consolidação de suas políticas regionais. Esses processos facilitam a colaboração e o intercâmbio de conhecimento, particularmente no campo educacional, onde o SEM exerce um papel estratégico. O ES, nesse sentido, é apresentado como uma ferramenta multifuncional, indispensável não apenas para atender às demandas educacionais da região, mas também para enfrentar os desafios impostos pela globalização. O ES contribui significativamente para o desenvolvimento de capital humano, fortalecendo a coesão social e impulsionando a integração regional, ao promover uma educação de qualidade e acessível que sustente o crescimento socioeconômico da América Latina.

No campo teórico, espera-se que este trabalho tenha contribuído de forma significativa para o enriquecimento das Relações Internacionais e da educação no contexto da integração

regional. Ao abordar um tema pouco explorado na disciplina, espera-se que a pesquisa preencha lacunas de conhecimento sobre as interações entre as RI e as políticas educacionais no âmbito do SEM. Ademais, ao apresentar novas questões e hipóteses, o estudo incentiva futuras investigações, promovendo o avanço contínuo do conhecimento sobre as interações regionais e as implicações das políticas educacionais discutidas ao longo deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ana L.; ROSA, Vítor. A OCDE e a governação global da educação: como o PISA se está a transformar num programa de 'big science'. **Revista Lusófona de Educação**, 56, n. 56, 2022.
- BALLESTRIN, Luciana. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul**, 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/O-SUL-GLOBAL-COMO-PROJETO-POLITICO>. Acesso em: 06 setembro 2024.
- CHUDNOVSKY, D. El futuro de la integración hemisférica: el Mercosur y la iniciativa para las Américas. **Desarrollo Económico**, v. 32, n. 128, p. 483, 1993.
- DA SILVA, Maria A.; FERNANDES, Edison F. O projeto educação 2030 da OCDE: uma bússola para a aprendizagem. **Revista Exitus**, 9, n. 5, 2019. 271–300.
- ESTENSSORO, F.; LORENZO, C. América Latina en la Geopolítica del Conocimiento. Una reflexión contra-hegemónica y decolonial. **Cadernos Cajuína**, 7, n.2, 2022.
- FULQUET, G. El Proyecto Educativo para el MERCOSUR y los Debates en torno a la Internacionalización de la Educación Superior. **Argentine Center of International Studies**, v. 1, 2006.
- GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 17, p. 155–183, 2020.
- HERNÁNDEZ-SAMPIERI, Roberto; MENDOZA, Christian. **Metodología de la investigación: las rutas cuantitativa, cualitativa y mixta**. 2020.
- HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea. **Organizações internacionais: história e práticas**. Elsevier Brasil, 2004.
- KRASNER, Stephen D. **International regimes**. Cornell University Press, 1983.
- KROTSCH, Pedro. La universidad en el proceso de integración regional: el caso del MERCOSUR. **Perfiles educativos**, v. 19, n. 77, 1997.

LISBOA, Marcelino T. Elementos para elaboração de um desenho de pesquisa. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, 10, 2019. 1-14.

MERCOSUL. **Ata da Reunião dos Ministros da Educação do MERCOSUL**. Ata N° 1/92. Buenos Aires, 1 de junho de 1992. Disponível em: [https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/28301\\_RME\\_1992\\_ACTA01\\_PT.pdf](https://documentos.mercosur.int/simfiles/docreuniones/28301_RME_1992_ACTA01_PT.pdf). Acesso em 14 agosto 2023.

MERCOSUL. **Estrutura e Agendas**. Montevideo, 2015. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/mercosul-universitario/>. Acesso em: 10 agosto 2024.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Editora Atlas, 2021.

RECONDO, Gregorio. El Mercosur y la cultura. **Aportes para la Integración Latinoamericana**, v. 1, 1995.

ROSEVICS, Larissa. Por uma integração via educação: o novo marco do Mercosul Educacional no século XXI. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, v. 4, n. 1, p. 116-128, 2015.

ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernst Otto. **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. UnB, 2000.

SANTOS, T.; DINIZ JÚNIOR, C. A. Integração Regional e Educação: O caso do MERCOSUL. **OIKOS**, v. 16, n. 2, p. 22–36, 2017.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **Manual das organizações internacionais**. Livraria do Advogado Editora, 2022.

UNESCO – IESALC. **Declaración de la Conferencia Regional de la Educación Superior en América Latina y el Caribe – CRES 2008**. Conferencia Regional de la Educación Superior en América Latina y el Caribe. Cartagena das Índias, 2008. p. 1-10.

VITARELLI BATISTA, Marcela. Higher education regionalization in South America. **Higher Education Policy**, v. 34, n. 2, p. 474-498, 2021.

WALTZ, Kenneth N. “Anarchic orders and balances of power”. In KEOHANE, Robert Owen. **Neorealism and its Critics**. Columbia University Press, 1986.